

Prezado Senhor Deputado Vasco Cunha

Como tive oportunidade de lhe transmitir pelo telefone, por motivos pessoais incontornáveis, não poderei estar amanhã no Parlamento, como gostaria, para participar na troca de impressões sobre o Acordo de Pescas da UE com Marrocos e sobre o possível Acordo de Livre Comércio UE/Mercosul.

Fico contudo disponível para a colaboração que entender útil com a Comissão de Agricultura da A.R., em qualquer outra data compatível, em particular sobre a Reforma da PAC, de que sou Relator do PE para as principais propostas de regulamento.

Sobre o Acordo com o Mercosul, posso dizer-lhe que, não obstante defender o aprofundamento da relação comercial da UE com o Mercosul, e o Brasil, em particular, e de reconhecer que uma abertura de mercados com este espaço geo-económico é globalmente favorável à UE, vejo, tal como o meu Grupo Político no PE, o Grupo dos Socialistas e Democratas, com grande preocupação o impacto que tal pode ter sobre alguns sectores e algumas regiões da Europa.

Fui um dos deputados que insisti com a Comissão para a realização de um estudo de impacto, que veio a confirmar plenamente todos os receios que se anteviam. A concretização de tal acordo, em qualquer dos cenários, terá consequências muito graves em especial na carne de bovino, nos produtos hortícolas e frutícolas, na carne de aves e mesmo em alguns produtos lácteos.

O meu Grupo defende por isso muita prudência na finalização de qualquer acordo que não salvguarde os agricultores europeus e recusa qualquer tentativa de remeter para o Fundo de Ajustamento à Globalização, qualquer ilusão da existência um instrumento que compense os agricultores europeus dos efeitos deste ou de outros acordos internacionais que conduzam à abertura do mercado europeu de produtos agrícolas, sem garantias de plena reciprocidade em termos de lealdade de concorrência.

Sobre o Acordo de Pescas com Marrocos, fui um dos deputados que votou vencido contra a, para mim incompreensível, recusa de prorrogação por um ano, de um acordo cuja prorrogação, na prática já decorria há 10 meses, por puras razões de oportunismo político ocasional por parte de algumas forças que não se coibiram de pôr em causa a relação com um país amigo, que continua a ser uma referência de estabilidade no norte de África e que tem desenvolvido esforços de progresso democrático reconhecidos pela comunidade internacional. Apesar de ser o mais caro acordo de pescas da UE e de beneficiar praticamente apenas um seus dos Estados-membros, era favorável à prorrogação, dada a situação "de facto" vigente, mas também à sua renegociação, que deverá ter em conta o clausulado mas também a contrapartida financeira por forma a torná-lo mais útil para Portugal. Os termos do acordo que vigorou até agora beneficia Portugal de uma forma muito relativa, como o comprova a escassa utilização das licenças disponíveis.

Com os melhores cumprimentos

Luis CAPOULAS SANTOS
Deputado Europeu



RUE WIERTZ, 60 ASP 14G342
Brussels: Tel. 0032 2 28 45991
Strasbourg: 0033 3 88 1 75991

BRUSSELS 1047
Fax 0032 2 28 49991
0033 3 88 1 79991

luismanuel.capoulasantos@europarl.europa.eu
